

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2011.

(Do Sr. Roberto Santiago, PV-SP)

Solicita informações do Sr. Ministro da Defesa a respeito do PROSUPER - Programa de Obtenção de Meios de Superfície para a Marinha do Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 § 2º, constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Defesa o seguinte pedido de informações:

A Marinha do Brasil, como amplamente anunciado pela imprensa, está estudando propostas de países para transferência de tecnologia para a construção, no Brasil, de navios-patrolha, navios-escolta, barcos de apoio logístico e navios de propósitos múltiplos. Foram oferecidas para análise da Marinha do Brasil propostas da Espanha, Itália, França, Coreia do Sul, Holanda, Alemanha, China e Reino Unido, sendo que alguns se propondo a fabricações iniciais em seus respectivos países, outros oferecendo navios usados de mais de 30 anos como etapa inicial. No programa amplamente anunciado pela Marinha do Brasil, e implantado pela distribuição aos estaleiros estrangeiros e nacionais das especificações básicas dos barcos acima descritos, apareciam como a hipótese mais imediata de participação dos estaleiros nacionais os navios patrulha.

No entanto, informações providas dos meios da indústria naval do Reino Unido nos últimos dias, faz referência a estar para ocorrer, ou já ter ocorrido na visita do ex-Ministro Nelson Jobim a Londres, a assinatura de um compromisso do Governo Brasileiro e da Marinha do Brasil de adquirir imediatamente navios-patrolha de especificações bem diferentes às distribuídas pela Marinha.

Seriam três navios-patrolha (OPVs) produzidos pela British Aero Space Systems (BAe) para Trinidad e Tobago, e que teriam sido recusados após fabricados pelo Reino Unido. Essa recusa, entretanto, tal como anunciado pelo Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago em outubro de 2010, se deu não só pelo não cumprimento de prazos de entrega, mas, pelo que parece mais grave, pela não observância das especificações e graves defeitos de navegabilidade. Aparentemente Trinidad e Tobago foram ressarcidos do que já haviam pago e receberam ainda uma multa indenizatória como descreve o jornal local *The Guardian*.

Dentro do que vem sendo anunciado sobre a necessidade de capacitação nacional, não entendemos como podem faltar recursos para dar início à produção de navios-patrolha no Brasil, e comprarmos no Reino Unido três barcos tipo OPV que apresentam questionamento técnico. Essa atitude não seria compatível com o que tem caracterizado o comando do Exmo Sr. Almirante de Esquadra Moura Netto, que exatamente se destacou no início de sua gestão por recusar a dar prosseguimento a uma transação importante em curso com equipamento que havia apresentado grave defeito na Grécia e que se tentara vender ao Brasil.

O último exemplar da conhecida revista *The Economist* fala da operação de intensificação de relacionamento político e econômico com a América Latina encetada pelo atual governo britânico. Passaria por melhor caminho um acordo de transferência tecnológica para fabricação no Brasil, por empresas brasileiras, a cooperação na área naval, do que a venda de material recusado por outro país.

Assim sendo, considerando-se a importância, as dimensões e os prazos do PROSUPER, e os rumores que aparecem agora na comunidade naval internacional, a aparente incongruência de compras de material usado ou recusado por outros países, com a acertada política governamental de estímulo à capacitação nacional para a produção de material de defesa de última geração, bem como a necessidade de informações para que o Poder Legislativo possa promover um debate sobre a nova frota naval brasileira, adequado ao exercício de suas obrigações constitucionais, apresentamos o seguinte requerimento de informações:

- 1) Qual a situação das negociações entabuladas pelo Ministério da Defesa e a Marinha Brasileira para a compra dos navios-patrolha recusados por Trinidad e Tobago?

- 2) Confirmada a veracidade dessa informação, qual a razão que justificaria a aquisição desses barcos junto a British Aero Space Systems?
- 3) Que implicações teriam, para a homogeneidade da frota naval brasileira que se quer constituir, a compra desses três navios-patrolha modelo OPV com sistemas de combate e comando britânicos?
- 4) Esses navios-patrolha pautarão o design e sistemas dos demais navios-patrolha a serem construídos no Brasil?
- 5) Tendo em vista a solidariedade brasileira sempre anunciada e já comprovada com a Argentina no episódio das Malvinas, qual o interesse de termos barcos com equipamento britânico já plenamente instalado, e por eles facilmente monitoráveis?

Sala de Sessões, em de de 2011.

Deputado ROBERTO SANTIAGO

PV-SP